



Boletim Trimestral de Concessões – 1.º Trimestre de 2015

U T A P

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Conteúdos

1. Sumário Executivo.....	6
2. Factos relevantes.....	8
2.1 Sector Energético	8
2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural	8
2.2 Sector das Águas e Resíduos	9
2.2.1 Novo investimento da Águas do Algarve	9
2.2.2 Aprovação do Plano Nacional de Gestão de Resíduos	9
2.3 Sector Portuário	10
2.3.1 Processo de renegociação dos contratos de concessão portuária.....	10
2.4 Sector dos Transportes	11
2.4.1 Lançamento do Concurso Público de Subconcessão dos Sistemas de Transporte do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.....	11
2.4.2 Concurso Público de Subconcessão dos Sistemas de Transporte do Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	12
3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário	13
3.1 Tipologia dos fluxos financeiros.....	13
3.2 Evolução dos fluxos financeiros.....	13
4. Anexos	18

Índice de Quadros

Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias.....	7
Quadro 2 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias.....	14
Quadro 3 – Receitas da administração portuária por concessão.....	17
Quadro 4 – Identificação das concessões das Águas.....	18
Quadro 5 – Identificação das concessões dos Resíduos	18
Quadro 6 – Identificação das concessões no sector dos Portos	19
Quadro 7 – Identificação das concessões para o Gás Natural.....	20
Quadro 8 – Identificação das concessões para a Eletricidade	20
Quadro 9 – Identificação da concessão Hídrica.....	20
Quadro 10 – Identificação da concessão Aeroportuária	21
Quadro 11 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga	21
Quadro 12 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga.....	22

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por porto no 1.º trimestre de 2015.....	14
Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2012 a 2015.....	15

Siglas

1T 2015	1.º Trimestre de 2015
2015 P	Previsão para 2015
AC 2015	Valor acumulado de 2015
AC 2014	Valor acumulado de 2014
AdP, S.A.	Águas de Portugal, S.A.
AdP	Águas de Portugal
ANA, S.A.	Aeroportos de Portugal, S.A.
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DRE	Diário da República Eletrónico
EGF	Empresa Geral do Fomento, S.A.
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
M€	Milhões de Euros
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
Parpública	Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.
PETI3+	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
REN	Rede Elétrica Nacional
REN SGPS	REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SNGN	Sistema Nacional de Gás Natural
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
Var. 2015/2014	(ou Δ 2015/2014) Variação ocorrida entre o ano de 2015 e o ano de 2014

Notas metodológicas

No presente boletim trimestral são apresentados, de forma sistemática, os valores dos encargos e das receitas com as concessões de diversos sectores de atividade (nomeadamente, águas, resíduos, sector energético, portos e aeroportos).

Os valores dos fluxos financeiros indicados no presente boletim foram recolhidos junto das entidades gestoras dos contratos públicos e nos respetivos *websites* e/ou boletins/relatórios de atividade.

Com efeito, a responsabilidade pela veracidade e coerência dos dados e valores aqui apresentados é, em primeira instância, das respetivas entidades gestoras que os disponibilizaram.

No âmbito da análise e leitura dos valores objeto do presente boletim, importa tomar em consideração o seguinte:

- Os valores incluem IVA à taxa legal em vigor; e
- Os valores apresentados são arredondados à unidade mais próxima.

1. Sumário Executivo

A UTAP, entidade sob a tutela do Ministério das Finanças, tal como criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, apresenta, por solicitação expressa da mencionada tutela, o boletim informativo das concessões, relativo ao 1.º trimestre de 2015, o qual procura fornecer uma visão sumária e sistematizada da informação considerada relevante em determinadas concessões dos sectores portuário, energético, das águas e resíduos e aeroportuário, sem prejuízo de demais publicações ou informação da responsabilidade de outras entidades competentes em cada um dos mencionados sectores.

No 1.º trimestre de 2015, e no que ao sector portuário diz respeito, cumpre destacar que se mantêm em curso as negociações dos contratos de concessão portuária das administrações portuárias do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa e de Setúbal, bem como os estudos de avaliação da sustentabilidade económico-financeira de alguns investimentos de expansão nas áreas concessionadas do porto do Douro e Leixões. A este respeito, merece ainda destaque o facto de terem sido concluídos os trabalhos da comissão de negociação nomeada para a renegociação do contrato de concessão do Terminal XXI, no porto de Sines, tendo a comissão submetido o respetivo relatório final ao Governo.

Com efeito, após uma intensa ronda negocial, no âmbito do qual tinha sido já alcançado um princípio de acordo com a concessionária relativamente às condições em que o investimento adicional seria desenvolvido e financiado, a PSA Sines optou pelo desenvolvimento de um plano alternativo ao inicialmente apresentado para o aumento da capacidade anual do terminal, sem necessidade de alteração dos termos do contrato de concessão em vigor, tendo sido portanto concluído o processo de negociação.

No que concerne aos fluxos financeiros do sector público com as concessões, destacam-se as receitas relativas ao sector portuário, referentes sobretudo às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos portos analisados (os portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines), tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão celebrados entre estas e as respetivas autoridades portuárias.

Com efeito, no 1.º trimestre de 2015, as receitas auferidas pelas administrações portuárias, relativamente aos terminais concessionados, registaram um crescimento da ordem dos 3% face ao período homólogo de 2014, ascendendo a 16.753 milhares de euros. Continua a destacar-se, pelo peso relativo no total das receitas portuárias, o porto do Douro e Leixões não obstante a ligeira recuperação do porto de Lisboa, embora apenas em termos de receitas.. Na origem desta evolução, encontra-se sobretudo a tendência de crescimento a que se assistiu ao nível do movimento global de mercadorias (incluindo as contentorizadas) nos terminais concessionados dos portos objeto de análise (com exceção do porto de Lisboa)¹, bem como o impacto de alguns fatores que afetam a comparabilidade dos valores,

¹ Tal como se apresenta no *Quadro 11* dos anexos deste boletim.

nomeadamente as diferenças ao nível da cadênciã de pagamentos das concessionárias (tal como verificado, nomeadamente, no porto de Lisboa).

Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T 2015	Peso no Total (1T)	1T 2014	Δ 1T 2015 / 1T 2014	2015 P	% Execução
Douro e Leixões	7.553	45%	7.559	0%	28.067	27%
Sines	3.836	23%	3.671	5%	18.886	20%
Lisboa	3.688	22%	3.341	10%	18.935	19%
Setúbal	1.555	9%	1.638	-5%	6.780	23%
Aveiro	120	1%	104	15%	460	26%
Total	16.753	100%	16.313	3%	73.127	23%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

2. Factos relevantes

2.1 Sector Energético

2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural

Durante o 1.º trimestre de 2015, foi publicado um conjunto de diplomas legais com incidência nas atividades reguladas dos sectores elétrico e do gás natural, em particular naquelas atividades sujeitas a concessões do Estado, que importam nomear:

- Decreto-Lei n.º 2/2015, de 6 de janeiro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 100/2007, de 2 de abril, prorrogando o prazo para a apresentação dos pedidos de restituição aos consumidores do valor das cauções de determinados serviços públicos essenciais e criando, para os prestadores destes serviços, obrigações adicionais de informação aos consumidores a quem aquelas cauções não foram ainda restituídas;
- Portaria n.º 15/2015, de 23 de janeiro, que procede à fixação da tarifa de referência prevista no n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro. A presente portaria determina ainda as percentagens a aplicar à tarifa de referência, consoante a energia primária utilizada pelas unidades de pequena produção;
- Portaria n.º 14/2015, de 23 de janeiro, que define o procedimento para apresentação de mera comunicação prévia de exploração das unidades de produção para autoconsumo, bem como para obtenção de um título de controlo prévio no âmbito da produção para autoconsumo ou da pequena produção para injeção total na rede elétrica de serviço público (RESP) da energia elétrica produzida, procedendo à regulamentação do Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro. Estabelece ainda o montante, o modo de pagamento e as fases do procedimento em que são devidas as taxas previstas no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro;
- Decreto-Lei n.º 15/2015, de 30 de janeiro, que altera os Decretos-Leis n.ºs 74/2012, de 26 de março, 75/2012, de 26 de março, 66/2010, de 11 de junho, e 04/2010, de 29 de setembro, no sentido de alterar a forma de fixação do período de aplicação das respetivas tarifas transitórias para fornecimentos de gás natural e eletricidade aos clientes finais com consumos anuais iguais ou inferiores a 10 000 m³ e com consumos em baixa tensão normal;
- Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro - Estabelece as condições de acesso e as regras gerais de financiamento para as operações apresentadas ao abrigo das Prioridades de Investimento e Áreas de Intervenção no domínio da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos;
- Portaria n.º 97/2015, de 30 de março, que procede à alteração das datas fixadas para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de gás natural aos clientes finais com consumos anuais superiores a 10 000 m³ e aos clientes finais de

eletricidade com consumos em MAT, AT, MT e BTE, pelas Portarias n.º 127/2014, de 25 de junho, e 27/2014, de 4 de fevereiro, respetivamente, bem como define os períodos máximos de aplicação das tarifas transitórias aplicáveis aos clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m³ e aos clientes finais de eletricidade com consumos em BTN.

2.2 Sector das Águas e Resíduos

2.2.1 Novo investimento da Águas do Algarve

A Águas do Algarve, S.A.², empresa pública responsável pelo tratamento e distribuição de água e saneamento de águas residuais de 16 municípios na região do Algarve (os quais englobam cerca de meio milhão de habitantes em época baixa e mais de um milhão durante a época alta), anunciou, no presente trimestre, o início da construção da nova ETAR de Vila do Bispo, a qual deverá envolver um investimento da ordem dos 2 milhões de euros.

Esta nova infraestrutura deverá substituir três infraestruturas de tratamento existentes e ainda tratar os afluentes à Estação Elevatória do Emissário Submarino do Martinhal (Sagres), devendo permitir servir cerca de 14 mil habitantes (em época alta).

2.2.2 Aprovação do Plano Nacional de Gestão de Resíduos

No dia 16 de março foi publicada, em Diário da República, a Resolução do Conselho de Ministros, de dezembro de 2014, através da qual veio o Conselho de Ministros “*Aprovar o Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR) para o horizonte 2014-2020*”, “*Estabelecer que as entidades identificadas, no PNGR como entidades responsáveis, desenvolvam por sua iniciativa as diligências necessárias à concretização das ações que lhes estão atribuídas, nos termos previstos no PNGR e em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.)*”, bem como “*Determinar que a APA, I. P., acompanhe e monitorize a execução das medidas previstas no PNGR*”.

O Plano Nacional de Gestão de Resíduos constitui-se como um mecanismo de planeamento macro da política de gestão de resíduos, visando fornecer as orientações estratégicas de prevenção e gestão de resíduos, no território nacional. Neste sentido, o Plano Nacional de Gestão de Resíduos tem como objetivos estratégicos, por um lado, “*promover a eficiência da utilização de recursos naturais na economia*”, e, por outro lado, “*prevenir ou reduzir os impactos adversos decorrentes da produção e gestão de resíduos*”.

² A Águas do Algarve, S.A., detida em 54,44% pelo grupo AdP e no remanescente por municípios do Algarve, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de Agosto, mediante a fusão das sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Subsequentemente, foi-lhe atribuída, pelo Estado Português, em regime exclusivo, a concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Algarve, pelo prazo de 30 anos.

O referido plano insere-se nos objetivos do Governo de promoção do crescimento verde – no âmbito do qual o sector dos resíduos assume um carácter estratégico – e de promoção de uma gestão sustentável dos resíduos, como forma, nomeadamente, de dar cumprimento a uma obrigação imposta pela Diretiva Quadro dos Resíduos (já transposta para o direito português), de elaboração, por parte de cada Estado-Membro, de planos de gestão de resíduos que incluam todo o território geográfico do país em causa.

2.3 Sector Portuário

2.3.1 Processo de renegociação dos contratos de concessão portuária

Na sequência da nomeação (no 1.º trimestre de 2014) das comissões de negociação dos contratos de concessão portuária das administrações portuárias do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa e de Setúbal³, foi dada continuidade aos trabalhos de negociação dos contratos de concessão cujo *terminus* se prolonga para além de 31 de Dezembro de 2020, tendo em vista a redução da “fatura portuária” que recai sobre a economia portuguesa.

Neste contexto, e após a identificação de 5 concessões cujos contratos apresentam potencial de otimização e consequente redução de encargos para a economia, foram levadas a cabo, no trimestre em apreço, diversas reuniões envolvendo não só as respetivas administrações portuárias, mas também os representantes das entidades concessionárias.

Mantêm-se em curso os trabalhos relativos à avaliação da sustentabilidade económico-financeira de alguns investimentos de expansão nas áreas concessionadas do porto do Douro e Leixões, aguardando-se uma resposta da Concessionária do Terminal de Contentores de Leixões a uma nova proposta de alteração contratual formulada pela Comissão de Negociação.

No que concerne ainda ao processo negocial dos contratos de concessão portuária, merece destaque o facto de, no trimestre em análise, ter sido apresentado ao Governo o relatório final da comissão de negociação constituída, em julho último, para negociar o contrato relativo à concessão do Terminal XXI, no porto de Sines. A renegociação deste contrato inseriu-se, tal como os demais, no âmbito de um conjunto de reformas que o Governo pretendia levar a cabo no sector marítimo-portuário com vista a aumentar a sua eficiência e reduzir os custos de contexto associados à chamada “fatura portuária”, de forma a aumentar a competitividade das empresas e as exportações nacionais. Adicionalmente, o mandato atribuído à mencionada comissão de negociação incluía ainda a apreciação da proposta de expansão do referido terminal, que havia sido apresentada pela concessionária – a PSA Sines Container Terminal – Terminal de Contentores, S.A. (“PSA Sines”) – à Administração do Porto de Sines, S.A..

³ Através do Despacho n.º 4550-A/2014, de 26 de março, do Coordenador da UTAP, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 61, de 27 de março de 2014.

Após várias reuniões entre a comissão de negociação e a concessionária, no âmbito das quais tinha sido já alcançado um princípio de acordo com a concessionária relativamente às condições em que o investimento adicional seria desenvolvido e financiado, a PSA Sines optou pelo desenvolvimento de um plano alternativo ao inicialmente apresentado para o aumento da capacidade anual do terminal, envolvendo necessidades de investimento menos significativas e por isso enquadrável no contexto do atual contrato de concessão, sem necessidade da sua renegociação.

Neste sentido, foram concluídos os trabalhos da comissão de negociação, tendo sido o processo negocial concluído sem necessidade de qualquer alteração ao contrato de concessão em vigor, relativo ao Terminal XXI.

Nas renegociações dos contratos de concessão portuária, sobretudo por razões de maior transparência, foram adotados os procedimentos previstos no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio para a condução dos processos negociais, tendo sido portanto nos termos deste constituídas as respetivas comissões de negociação, com a participação de membros da UTAP.

2.4 Sector dos Transportes

2.4.1 Lançamento do Concurso Público de Subconcessão dos Sistemas de Transporte do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

Durante o trimestre em apreço foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2015, de 26 de fevereiro, através da qual veio o Conselho de Ministros “*determinar o início do processo de abertura ao mercado da exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (CARRIS) e Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), através da subconcessão destes serviços*”, bem como “*Encarregar os conselhos de administração da CARRIS e do ML de preparar e aprovar as peças do procedimento de concurso público destinado à subconcessão referida*”, e ainda “*Delegar na Ministra de Estado e das Finanças e no Ministro da Economia, com a faculdade de subdelegação, os poderes para proceder à atualização dos contratos de concessão de serviço público celebrados com a CARRIS e o ML, os quais devem ter em conta o objetivo de assegurar o equilíbrio operacional destas empresas sem recurso a indemnizações compensatórias*”.

Conforme resulta do preâmbulo da resolução, esta decisão do Conselho de Ministros surgiu no seguimento das orientações estratégicas definidas pelo Governo para o sector dos transportes, constantes do PETI3+, publicado em abril de 2014, em concreto, e no que respeita ao sector dos transportes de passageiros, relativamente à abertura das atividades de operação e exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto à iniciativa privada, caso tal opção se manifeste superior em termos de eficiência operacional face ao modelo atualmente em vigor, de prestação destes serviços por empresas exclusivamente públicas.

Neste sentido tanto a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (“CARRIS”) como a Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“ML”) realizaram uma análise ao mérito da abertura da exploração dos serviços públicos prestados pelas mesmas à iniciativa privada. Neste contexto, concluíram as empresas que a opção da abertura à iniciativa privada constitui uma mais-valia para os interesses do Estado Português, tendo portanto aconselhado o Governo a dar início ao procedimento concursal de adjudicação destes serviços, por um prazo não superior ao das respetivas concessões.

Assim, e à semelhança do modelo adotado no Porto, foi delineado um modelo de abertura ao mercado, através de um regime de subconcessão, com base num mecanismo de remuneração com incentivos ao desempenho do operador privado, devendo este último assumir parte do risco comercial.

No seguimento da mencionada decisão do Conselho de Ministros, as administrações das empresas visadas procederam ao lançamento do concurso público para a subconcessão (por um período de 8 anos) dos respetivos sistemas de transporte, nomeadamente através do anúncio publicado em Diário da República a 27 de março de 2015..

2.4.2 Concurso Público de Subconcessão dos Sistemas de Transporte do Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

No âmbito do concurso público para a subconcessão dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Sociedade Transportes Coletivos do Porto, S.A. (“STCP”) e Metro do Porto, S.A. (“MP”), lançado nomeadamente através do anúncio publicado em Diário da República a 8 de agosto de 2014, foi fixada como data limite para apresentação de propostas o dia 30 de setembro de 2014. O prazo para apresentação de propostas foi no entanto prorrogado até ao dia 30 de dezembro, em virtude de um elevado pedido de esclarecimentos requeridos pelas entidades interessadas e aos quais não foi possível responder em tempo útil.

Terminado o prazo para apresentação de propostas, apresentaram-se a concurso dois concorrentes, tendo a proposta de um deles sido excluída. O relatório final de avaliação de propostas propôs a adjudicação ao concorrente TCCMP (detido por um consócio formado pela FMB – Ferrocarril Metropolitá de Barcelona e pela TCC – Transports Ciutat Comtal), tendo sido o contrato adjudicado a esta empresa. Por aplicação das regras do procedimento, a adjudicação do contrato relativo à subconcessão do sistema de transporte da STCP encontra-se suspensa. Ao invés, no caso da subconcessão do sistema de transporte do Metro do Porto, a adjudicação, ocorrida em fevereiro, produziu efeitos imediatos, tendo sido o respetivo contrato assinado em 23 de abril, seguindo-se a sua submissão ao Tribunal de Contas para os devidos efeitos.

3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário

3.1 Tipologia dos fluxos financeiros

Na presente secção são descritos os fluxos financeiros do sector público relativos às concessões portuárias atribuídas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines.

Os fluxos financeiros apresentados referem-se, essencialmente, às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos referidos portos, tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão em vigor entre estas e as autoridades portuárias (as entidades públicas a quem foi atribuída a responsabilidade pela administração dos portos) em causa.

Deve salientar-se que nos fluxos financeiros apresentados não foram considerados quaisquer investimentos realizados pelas Autoridades Portuárias, ainda que indiretamente relacionados com estas concessões. Relativamente às receitas obtidas, estas dizem respeito a pagamentos constituídos por uma componente fixa (podendo esta ser, no todo ou em parte, ajustada tendo por base o IPC) e/ou variável, sendo esta última tipicamente calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais e de acordo com o definido contratualmente.

3.2 Evolução dos fluxos financeiros

No 1.º trimestre de 2015, as receitas das Administrações Portuárias referentes aos terminais portuários concessionados registaram, em termos globais, um crescimento de 3% face ao trimestre homólogo de 2014, ascendendo a 16.753 milhares de euros. Esta evolução encontra-se em linha com a tendência de crescimento a que se assistiu no movimento global de mercadorias dos terminais concessionados dos portos de Setúbal, Douro e Leixões, Aveiro e Sines⁴.

No caso concreto do porto de Setúbal, apesar do crescimento registado ao nível do movimento global de mercadorias (em 4%), as receitas da respetiva administração portuária decresceram aproximadamente 5%, o que pode ser explicado, não só pela ligeira redução das tarifas (em 0,36%), no seguimento da atualização das mesmas nos moldes do previsto contratualmente, mas também, e sobretudo, pela atribuição de um incentivo à Sadoport (no montante de 75 milhares de euros) para utilização do modo ferroviário na movimentação de mercadorias.

Neste contexto, importa ainda mencionar que os valores apresentados dizem respeito aos montantes efetivamente recebidos (e não apenas faturados) pelas administrações portuárias, pelo que a sua comparabilidade poderá encontrar-se afetada por eventuais diferenças ao

⁴ Tal como se apresenta no *Quadro 11* dos anexos deste boletim.

nível da cadência de pagamentos das concessionárias. Esta situação justifica, designadamente, o crescimento dos fluxos financeiros no caso do porto de Lisboa (em cerca de 10%), num contexto de redução das quantidades de mercadoria movimentada.

Quadro 2 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T 2015	Peso no Total (1T)	1T 2014	Δ 1T 2015 / 1T 2014	2015 P	% Execução
Douro e Leixões	7.553	45%	7.559	0%	28.067	27%
Sines	3.836	23%	3.671	5%	18.886	20%
Lisboa	3.688	22%	3.341	10%	18.935	19%
Setúbal	1.555	9%	1.638	-5%	6.780	23%
Aveiro	120	1%	104	15%	460	26%
Total	16.753	100%	16.313	3%	73.127	23%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

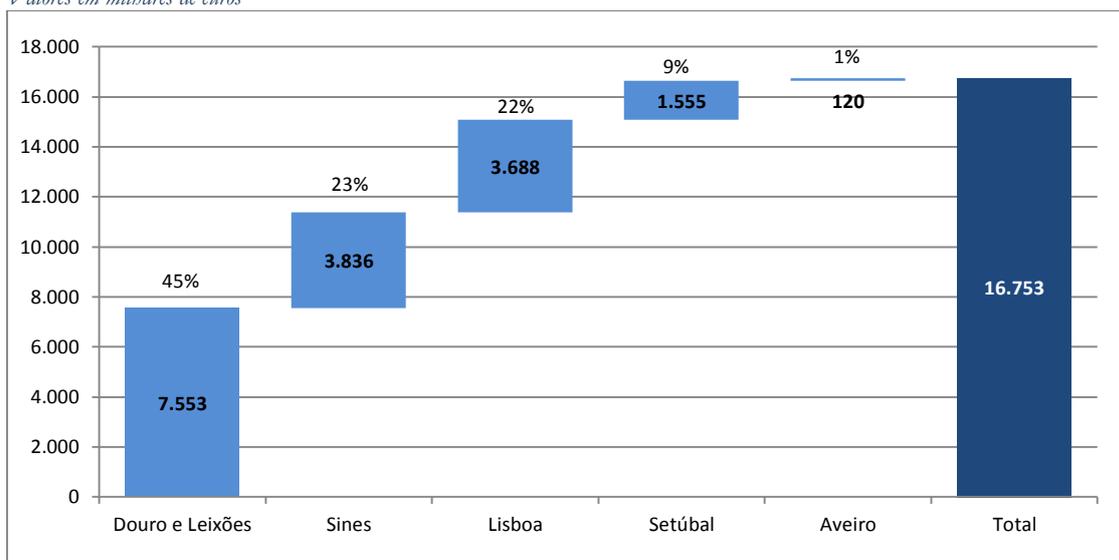
Tal como se constata no *Quadro 2* anterior, para a evolução verificada nos fluxos financeiros reportados relativamente ao 1.º trimestre de 2015, face ao período homólogo, contribuiu o comportamento positivo das rendas recebidas pelas administrações dos portos de Lisboa, de Aveiro e de Sines, destacando-se, sobretudo, o crescimento registado no caso do porto de Lisboa – da ordem dos 10% –, embora esta evolução tenha sido influenciada pela diferente temporalidade dos fluxos financeiros..

O porto do Setúbal, tal como mencionado, constitui a única exceção à tendência positiva observada nas receitas portuárias, registando-se, neste caso, uma diminuição de 5% na receita, face ao período homólogo.

No trimestre em análise, os terminais portuários concessionados do porto do Douro e Leixões mantiveram a sua posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do sector portuário, tendo sido responsáveis por cerca de 45% destas, seguindo-se em termos de ordem de importância os portos de Sines e de Lisboa, com pesos relativos de 23% e 22%, respetivamente (ver *Gráfico 1* seguinte).

Gráfico 1 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por porto no 1.º trimestre de 2015

Valores em milhares de euros

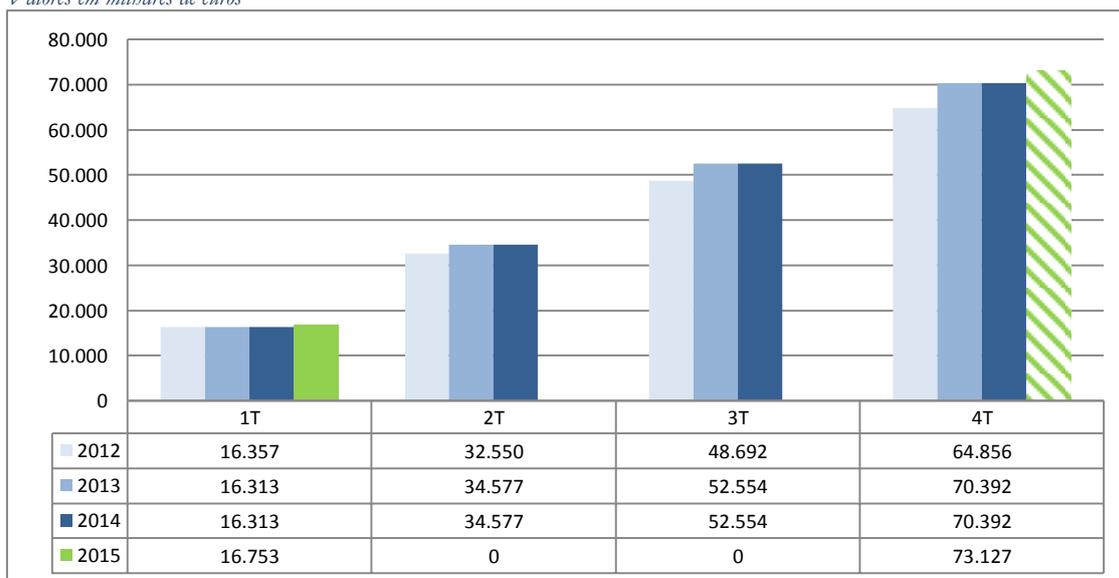


Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

No *Gráfico 2* seguinte apresenta-se a evolução das receitas acumuladas com as concessões portuárias por trimestre desde 2012, bem como os valores orçamentados para 2015, sendo possível constatar uma tendência de melhoria das receitas acumuladas anuais, a qual deverá ser de certa forma reflexo da evolução positiva que se tem vindo a registar ao nível da movimentação global de mercadorias nos portos objeto de análise.

Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2012 a 2015

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias

Nota: A zona sombreada a verde no 4.º trimestre de 2015 corresponde ao valor total previsto para 2015.

Tal como se verifica no *Quadro 3* seguinte, o porto de Lisboa foi aquele que registou a taxa de crescimento mais acentuada (da ordem dos 10%) em termos de rendas recebidas pelas administrações portuárias, encontrando-se a evolução verificada neste porto relacionada sobretudo com o acréscimo nas receitas resultantes do Terminal de Contentores de Alcântara (de 60%), o qual, por sua vez, é reflexo do aumento de 52% ocorrido no volume de movimentação de mercadorias no referido terminal.

No caso concreto dos portos do Douro e Leixões, o valor das rendas auferidas pela respetiva administração portuária manteve-se no trimestre em apreço praticamente inalterado face ao registado no período homólogo anterior, destacando-se, pelo seu peso no total das rendas portuárias do 1.º trimestre de 2015, o Terminal de Contentores de Leixões, o Terminal de Carga a Granel de Leixões e o Terminal de Produtos Petrolíferos, os quais, em conjunto, representaram cerca de 95% das referidas rendas.

No que diz respeito ao porto de Sines, e quando comparado o 1.º trimestre de 2015 com o período homólogo de 2014, verifica-se que o aumento das receitas da administração portuária é explicado em grande medida por uma intensificação do movimento de mercadorias nos terminais concessionados.

Por fim, e no que concerne ao porto de Aveiro, conclui-se que o aumento (de 15%) das rendas no 1.º trimestre de 2015, face a igual período de 2014, decorreu fundamentalmente do crescimento das rendas relativas ao Serviço de Reboque, explicado pelo facto de o respetivo contrato de concessão ter entrado em vigor apenas a 1 de fevereiro de 2014, pelo que o valor reportado no 1º trimestre de 2014 se refere apenas aos meses de fevereiro e março.

No quadro seguinte apresenta-se o valor das receitas auferidas pelas administrações portuárias em cada um dos seus terminais concessionados.

Quadro 3 – Receitas da administração portuária por concessão

Valores em milhares de euros

Sector Portuário		1T 2015	Peso no Total	1T 2014	Δ 1T 2015 / 1T 2014	2015 P	% Execução
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	4.406	26%	4.607	-4%	16.634	26%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	1.064	6%	856	24%	3.406	31%
	Silos de Leixões	41	0%	62	-34%	203	20%
	Terminal Produtos Petrolíferos	1.671	10%	1.628	3%	6.296	27%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	24	0%	24	0%	94	26%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	165	1%	203	-19%	661	25%
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	22	0%	18	22%	158	14%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	14	0%	14	0%	28	50%
	Exploração Turística-Hoteleira	128	1%	129	-1%	513	25%
	Exploração Restaurante e Bar	18	0%	18	0%	74	24%
	Subtotal Douro e Leixões	7.553	45%	7.559	0%	28.067	27%
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	92	1%	88	4%	348	26%
	Serviço de Reboque Aveiro	28	0%	16	74%	112	25%
	Subtotal Aveiro	120	1%	104	15%	460	26%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	635	4%	397	60%	4.085	16%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	1.520	9%	1.468	4%	7.529	20%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	263	2%	289	-9%	1.083	24%
	Terminal Multiusos do Beato	345	2%	221	56%	1.023	34%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	231	1%	230	0%	1.016	23%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	180	1%	231	-22%	1.480	12%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	225	1%	183	23%	823	27%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	185	1%	199	-7%	1.105	17%
	Terminal do Barreiro	30	0%	34	-11%	295	10%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	62	0%	78	-20%	461	13%
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	12	0%	12	0%	36	33%
Subtotal Lisboa	3.688	22%	3.341	10%	18.935	19%	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	495	3%	534	-7%	2.157	23%
	Terminal Multiusos Zona 2	931	6%	982	-5%	4.113	23%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	88	1%	86	2%	352	25%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	41	0%	36	16%	159	26%
Subtotal Setúbal	1.555	9%	1.638	-5%	6.780	23%	
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	318	2%	238	34%	4.871	7%
	Terminal Multipurpose de Sines	1.136	7%	1.072	6%	4.544	25%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	105	1%	102	3%	401	26%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	210	1%	193	9%	802	26%
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	2.067	12%	2.067	0%	8.268	25%
Subtotal Sines	3.836	23%	3.671	5%	18.886	20%	
Total	16.753	100%	16.313	3%	73.127	23%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

4. Anexos

Quadro 4 – Identificação das concessões das Águas

Concessões Águas	Ano de início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Águas do Algarve	2001	30	580
Águas do Centro Alentejo	2003	30	84
Águas do Centro	2001	30	274
Águas do Douro e Paiva	1996	30	413
Águas do Mondego	2004	35	232
Águas do Norte Alentejano	2001	30	126
Águas do Noroeste	2010	50	859
Águas do Oeste	2001	35	281
Águas de St.º André	2001	30	97
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	2001	30	490
Águas do Zêzere e Côa	2000	30	312
Águas Públicas Alentejo, S.A. ⁽²⁾	2009	50	65
Águas da Região de Aveiro, S.A. ⁽²⁾	2009	50	147
Sanest	1995	25	279
Simarsul	2004	30	207
Simdouro	2010	50	144
Simlis	2000	30	111
Simria	2000	50	255
Simtejo	2001	43	360
TOTAL			5.316

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2014.

⁽²⁾ Parcerias Estado-Autarquias.

Quadro 5 – Identificação das concessões dos Resíduos

Concessões Resíduos	Ano de início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Algar	1996	38	127
Amarsul	1997	37	116
Ersuc	1997	37	169
Resiestrela	2003	31	36
Resinorte	2009	25	167
Resulima	1996	38	26
Suldouro	1996	38	83
Valnor	2001	33	69
Valorlis	1996	38	56
Valorminho	1996	38	13
Valorsul	2010	24	352
Total			1.214

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2014.

Quadro 6 – Identificação das concessões no sector dos Portos

Sector Portuário	Concessionário	Ano	Prazo	Invest. Concessão ¹	Invest. Concedente ¹	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	TCL - Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	48	
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	TCGL - Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	28	
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, Unipessoal Lda	2007	25	3	
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.	
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.	299
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.	
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.	
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25 ⁽²⁾	n.d.	
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.	
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portuguesa, SA	2000	20	n.d.	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	7	128
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2014	5	-	
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1984	⁽³⁾	35	
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2000	20	40	
	Terminal Multipurpose de Lisboa	OPERLIS - Gestão e Operação Portuária, S.A	1995	15 ⁽⁴⁾	0	
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	7	
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4	
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	4	336
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	3	
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1996	30	87	
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	2	
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	23	
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	-		
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	9	
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	12	
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Sapac - Terminais Portuários, SA	1995	25	10	31
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Sapac - Terminais Portuários, SA	2003	25	3	
Sines	Terminal Contentores de Sines	PSA Sines - Terminais de Contentores, SA	1999	30	136	
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	83	
	Abastecimento de Bancas por Meios Terrestres Fixos nos Terminais Petroléiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10 + 5	4	111
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc. Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	22	
Terminal de Granéis Liq. e Gestão Integrada de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	8		
TOTAL				579	905	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

⁽²⁾ O contrato foi prorrogado até 2015.

⁽³⁾ O prazo desta concessão, originalmente fixado em 20 anos, foi estendido até 2042 por via do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro. Este diploma foi revogado pela Lei n.º 14/2010 de 23 de julho. No entanto, em 3.03.2014 foi proferido pelo Tribunal Constitucional o Acórdão n.º 202/2014, que julga inconstitucionais as normas constantes da Lei n.º 14/2010, de 23 de julho em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade.

⁽⁴⁾ No seguimento do concurso lançado pela Administração do Porto de Lisboa, S.A., em 6 de abril último foi assinado um novo contrato de concessão, com a TSA Terminal de Santa Apolónia, Lda..

Quadro 7 – Identificação das concessões para o Gás Natural

Concessões Energia - Gás Natural	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural (Carriço / Pombal)	Transgás Armazenagem, S.A.	2006	40	15
Distribuição Regional de Gás Natural de Lisboa	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, S.A.	2008	40	65
Distribuição Regional de Gás Natural do Centro	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, S.A.	2008	40	51
Distribuição Regional de Gás Natural do Sul	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A.	2008	40	29
Distribuição Regional de Gás Natural do Norte	Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás	2008	40	135
Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL (Sines)	REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	40	194
Receção e Armazenamento Subterrâneo Gás Natural (Carriço / Pombal)	REN Armazenagem, S.A.	2006	40	45
Distribuição Regional de Gás Natural da Região do Centro Interior	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, S.A.	2008	40	18
Distribuição Regional de Gás Natural do Vale do Tejo	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, S.A.	2008	40	20
Transporte de Gás Natural através da Rede Nacional Transporte de Gás Natural (alta pressão)	REN Gasodutos, S.A.	2006	40	164
TOTAL				737

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 8 – Identificação das concessões para a Eletricidade

Concessões Energia - Eletricidade	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	2.426
Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2009	35	4.608
Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas do Mar»	Enondas, Energia das Ondas, SA	2010	45	2
TOTAL				7.974

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 9 – Identificação da concessão Hídrica

Concessões Hídricas	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Barragem de Foz Tua	EDP, S.A.	2011	79	140
Barragem Girabolhos	Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Lda.	2013	65 ⁽²⁾	0
Barragem Alto Tâmega	Iberdrola Generación S.A.U.	2014	70 ⁽²⁾	0
TOTAL				140

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

⁽²⁾ A contar a partir da data de entrada em exploração e não do início do contrato de concessão

Quadro 10 – Identificação da concessão Aeroportuária

Concessões Aeroportuárias	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Concessão de aeroportos	ANA - Aeroportos de Portugal, S.A	2012	50	n.d.

Fonte: UTAP, a partir de dados constantes do DRE

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 11 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Sector Portuário		1T 2015	Peso no Total	1T 2014	Δ 1T 2015 / 1T 2014	
Setúbal	Contentores	1.974	0%	2.559	-23%	
	Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado)	Carga Geral e Granéis	451.775	3%	479.285	-6%
		Outros	6.513	0%	5.672	15%
		Subtotal	460.262	3%	487.516	-6%
	Terminal Multiusos Zona 2 (SADOPORT)	Contentores	288.001	2%	249.276	16%
		Carga Geral + Outros	186.824	1%	187.264	0%
		Subtotal	474.825	3%	436.540	9%
	Terminal de Granéis Sólidos (Sapac)	Granéis	161.866	1%	133.660	21%
	Terminal de Granéis Líquidos (Sapac)	Granéis	55.018	0%	50.507	9%
	Subtotal Setúbal		1.151.971	7%	1.108.223	4%
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	1.455.453	8%	1.625.354	-10%	
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	994.999	6%	728.467	37%	
	Silos de Leixões	143.166	1%	214.797	-33%	
	Terminal Produtos Petrolíferos	1.819.721	10%	1.776.115	2%	
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	2.999	0%	3.003	0%	
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	15.260	0%	9.121	67%	
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	1.329	0%	1.411	-6%	
	Subtotal Douro e Leixões	4.432.927	25%	4.358.268	2%	
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	548.749	3%	360.274	52%	
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	455.347	3%	450.155	1%	
	Terminal Multipurpose de Lisboa	112.328	1%	117.171	-4%	
	Terminal Multiusos do Beato	131.653	1%	169.349	-22%	
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	183.941	1%	186.964	-2%	
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	319.197	2%	484.717	-34%	
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	109.660	1%	132.465	-17%	
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	316.518	2%	338.301	-6%	
	Terminal do Barreiro	174.924	1%	226.245	-23%	
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	133.969	1%	147.256	-9%	
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	-	-	-	N/A	
Subtotal Lisboa	2.486.286	14%	2.612.897	-5%		
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	181.627	1%	147.563	23%	
	Subtotal Aveiro	181.627	1%	147.563	23%	
Sines	Terminal de Contentores (TXXI)	3.314.465	19%	3.314.019	0%	
	Terminal Multipurpose	1.395.229	8%	942.569	48%	
	Terminal de Granéis Líquidos	4.753.751	27%	3.553.610	34%	
	Subtotal Sines	9.463.445	53%	7.810.198	21%	
Total	17.716.256	100%	16.037.149	10%		

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.

Nota: ⁽¹⁾ Inclui carga fracionada, carga contentorizada, Ro-Ro, granéis sólidos e granéis líquidos.

Quadro 12 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2015 e respetiva variação homóloga

Valores em TEU

Sector Portuário		1T 2015	Peso no Total	1T 2014	Δ 1T 2015 / 1T 2014
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara - Liscont	50.357	9%	36.736	37%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia- Sotagus	41.770	7%	43.158	-3%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - Operlis	12.750	2%	12.854	-1%
	Terminal Multiusos do Beato- TMB	11.695	2%	10.469	12%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo - ETE	2.886	0%	4.643	-38%
Subtotal Lisboa		119.458	21%	107.860	11%
Leixões	TCL - Terminal De Contentores De Leixões, S.A.	152.379	26,4%	160.239	-4,9%
	Subtotal Leixões	152.379	26%	160.239	-5%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado)	129	0%	179	-28%
	Terminal Multiusos Zona 2 (SADOPORT)	26.503	5%	26.357	1%
	Subtotal Setúbal	26.632	5%	26.536	0%
Sines	Terminal de Contentores (TXXI) - Sines	279.347	48,3%	271.209	3%
	Subtotal Sines	279.347	48%	271.209	3%
Total		577.816	100%	565.844	2%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.